

CAPÍTULO 4 – AS REVOLTAS DO PÃO: UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA?⁵

Kajsa Johansson e Michael Sambo

Introdução

Este artigo analisa as revoltas do pão que decorreram em Maputo, em 2008 e 2010, sob o ponto de vista do exercício de cidadania. O conceito de cidadania tem um vasto uso em Moçambique, principalmente por parte das Organizações da Sociedade Civil (OSC), das Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e internacionais, bem como dos doadores que apoiam estes actores. É raro ver o uso do conceito no âmbito de revoltas ou acções populares como as manifestações de 2008 e 2010. As ONGs e outros actores da sociedade civil alegam ser a voz das pessoas pobres em Moçambique, ou serem representantes legítimos dos interesses dos pobres e esse é o fundamento do apoio dado pelos doadores a essas organizações.

Partindo das revoltas referidas, levantam-se questões sobre a legitimidade e a representatividade das organizações em relação à população que vive em estado de pobreza. Das entrevistas com os manifestantes fica claro que os mesmos estão distantes das organizações e que pouco exercem a sua cidadania através de organizações ou grupos formais. Há exemplos de críticas explícitas feitas pelos manifestantes contra as ONGs, considerando-as como parte, ou pelo menos muito próximas, do poder político.

São apontadas três principais causas das revoltas: primeiro, a subida dos preços dos produtos e serviços básicos em paralelo com a redução dos rendimentos;

5 Esta é uma versão revista da comunicação apresentada pelos autores na IV Conferência Internacional do IESE, Maputo, 27 e 28 de Agosto de 2014.

segundo, a falta de possibilidade de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida; terceiro, a observação que enquanto o sofrimento da população está a piorar, o bem-estar da elite política e económica tende a aumentar. O artigo sugere que a estrutura e o papel actual da sociedade civil, largamente – e ao mesmo tempo falsamente – representada pelas ONGs, corre o risco de contribuir para o agravamento destes factores, que pode contribuir para complicar, em vez de facilitar, as condições de um exercício de cidadania mais forte entre os residentes dos bairros de Maputo. Sugere-se que equiparar sociedade civil com ONG serve um modelo e interesses neoliberais e dificulta o surgimento de uma sociedade civil baseada em classes e interesses económicos diferentes dos do poder. Esta última perspectiva poderia traduzir-se numa crítica contra o próprio sistema, o que não é do interesse da actual sociedade civil. O artigo sublinha que é necessária uma análise crítica e consistente em relação aos actores da sociedade civil entre os doadores e a comunidade das ONGs nacionais e internacionais.

O material primário provém de dois projectos de pesquisa distintos, em que os autores deste artigo participaram. No âmbito do primeiro projecto, realizado em colaboração com Professora Maj-Lis Follér da Universidade de Gotemburgo, foram realizadas entrevistas com 20 pessoas que participaram nas manifestações de 2010 (alguns também nas manifestações de 2008). Os manifestantes são todos residentes nos bairros periféricos de Maputo onde as manifestações decorreram. Estas entrevistas foram realizadas em Fevereiro e Março de 2011 e em Setembro de 2012, com a colaboração de um jornalista e assistente que as efectuou. Em Março e Abril de 2011, foram entrevistados representantes de sete ONGs moçambicanas sobre o seu ponto de vista em relação às manifestações. No quadro do segundo projecto, em 2013, foram entrevistados representantes de instituições governamentais chave na questão alimentar, bem como cidadãos em três bairros periféricos da cidade de Maputo e no distrito de Chókwe. Os três bairros estudados foram Maxaquene, Chamankulo e Ferroviário, onde os pesquisadores fizeram observações e entrevistas exploratórias, semi-estruturadas e discussões de grupos focais.⁶ No mesmo período, foram feitas entrevistas a algumas Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Maputo e Chókwe.

Adicionalmente, foi feito um catálogo de eventos políticos com base em material recolhido da imprensa escrita nos períodos das manifestações. Os gráficos apresentados sobre o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) foram computados a partir de dados estatísticos oficiais produzidos pelo INE (IPC e taxas de inflação) e dados da Organização de Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical (OTM) sobre os salários mínimos aprovados por sector.

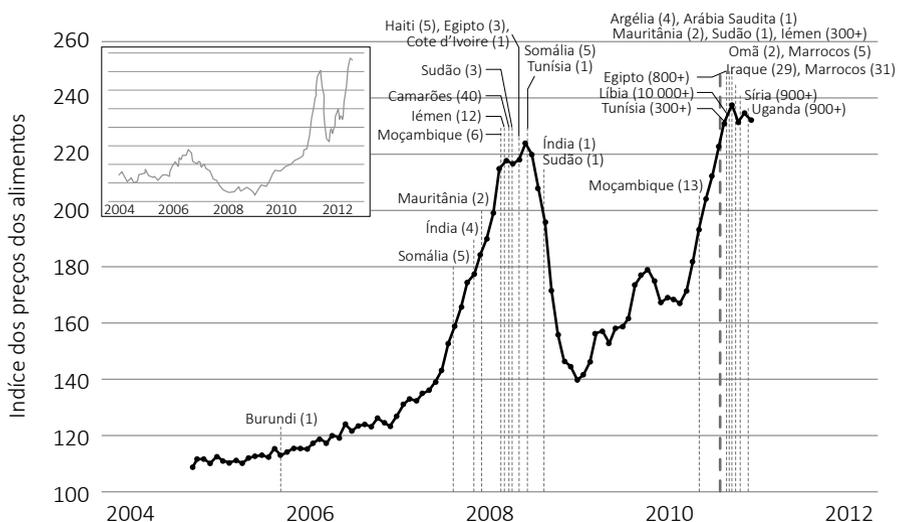
⁶ Em relação ao material secundário, na maioria originalmente em língua inglesa, nas citações os autores fizeram uma tradução livre para português.

Uma breve revisão bibliográfica sobre revoltas do pão, sociedade civil e cidadania

Revoltas do pão em África, 2007–2010

As revoltas do pão são descritas por Patel e McMichael (2009) como uma das formas mais antigas de acção colectiva. Em 2007-2008 decorreram revoltas do pão em 14 países africanos e, em 2010, aconteceram em 7 países africanos. A maior parte dessas revoltas ocorreram na África Central, do norte e no Corno de África. (Sneyd, Legwegoh e Fraser, 2013; Pevliuc-Olarui, 2013; Berazneva e Lee, 2013). As revoltas coincidem com os momentos dos dois picos no índice de preços alimentares da FAO, como se vê no Gráfico 1 (as linhas a tracejado mostram o dia inicial das revoltas e o número de mortes aparece entre parênteses).

Gráfico 1 – Evolução do índice de preços alimentares internacionais



Fonte: Lagi, Betrand e Bar-Yam (2011)

Depois destas duas ondas de revoltas apareceu um número considerável de artigos académicos a fazerem a sua análise. Nesta secção parte-se da análise de uma parte destas obras, para depois fazer uma análise mais geral sobre as relações entre as revoltas do pão e seus participantes e a sociedade civil estabelecida, representada pela comunidade das ONGs. Segue uma análise crítica mais geral das ONGs e da sua legitimidade e capacidade como promotoras de uma cidadania popular e inclusiva.

Nas obras escritas sobre as revoltas no continente africano, do período 2007–2010, aparecem duas posições principais em termos da sua explicação: uma é defendida

por académicos que analisam as revoltas como reacções contra os efeitos de longo prazo das políticas económicas neoliberais, impostas pelas instituições de Bretton Woods e implementadas pelos governos nacionais; a outra posição é defendida por académicos que argumentam que as revoltas são resultados de escassez de alimentos ou de insegurança alimentar. Os académicos da segunda posição tomam, até um certo ponto, em consideração as dimensões políticas e económicas nas suas descrições, mas tendem a ignorá-las nas conclusões, em que se focalizam mais no fortalecimento da segurança alimentar a nível nacional. A primeira posição, que toma em conta a segurança alimentar, mas que advoga que é insuficiente para entender as revoltas, parece representar uma análise mais consistente e abrangente. Também apresenta factos convincentes, como por exemplo, que sempre tem existido comida nos tempos de fome (Patel e McMichael, 2009:14). Esta perspectiva mais abrangente está também de acordo com o material empírico e a literatura recolhidos no âmbito deste artigo.⁷

Patel e McMichael (2009) oferecem um quadro de análise das revoltas seguindo esse fio de pensamento. Eles afirmam que as revoltas devem ser analisadas à luz do regime alimentar corporativo dominante incorporado na governação neoliberal. Segundo Patel e McMichael, este regime é caracterizado pelos seguintes factores: substituição da produção de alimentos básicos por produtos de exportação; organismos de comercialização estatais substituídos por compradores privados; 20 a 30 milhões de camponeses expropriados das suas terras devido à liberalização do comércio; agricultura de exportação e *landgrabs* em nome da segurança energética e alimentar (noutros países); redução de subsídios alimentares para os pobres; enfraquecimento dos mecanismos de protecção dos consumidores; produção de uma força de trabalho excedente e de um grande número de trabalhadores pobres urbanos com extrema vulnerabilidade aos aumentos dos preços dos alimentos. Na secção subsequente, sobre o contexto económico de Moçambique, será mostrado que estas características são conformes com o padrão do desenvolvimento económico do país.

Patel e McMichael argumentam que o conceito de segurança alimentar é uma invenção neoliberal, que ignora a economia política de produção e distribuição de alimentos. Eles descrevem a inflação alimentar em África, em 2008, como um detonador conduzindo à consciência popular, “provavelmente porque a comida é o símbolo material mais elementar do contrato social” (2009, p.23). Sugerem dois factores principais (*triggers*) que desencadeiam revoltas do pão: primeiro, um crescimento súbito da diferença entre o que as pessoas percebem como seu direito (ser capaz de alimentar a sua família) e o que conseguem alcançar (desapropriação e falta de acesso a alimentos); segundo, a ausência de voz e da possibilidade de influenciar. Além

7 Sneyd, Legwegoh e Fraser (2013) analisam como a imprensa explicou as revoltas do pão em África e concluíram que na imprensa internacional, a tendência era de só falar de pobreza e fome como as principais razões. Porém, na imprensa africana, a análise era mais profunda, incluindo também um descontentamento geral dos cidadãos em geral e em relação à sua impossibilidade de influenciar o desenvolvimento nos países em causa.

destes dois, sugerem um terceiro, que se mostra relevante no caso de Moçambique considerando as reflexões dos manifestantes entrevistados: o facto de o actual regime alimentar ter empobrecido muitos e enriquecido poucos. Se as dificuldades fossem igualmente distribuídas provavelmente não haveria protesto (Patel e McMichael, 2009, pp.25–27).

Embora vários académicos afirmem que uma variedade de organizações e movimentos sociais participaram nas revoltas entre 2007 e 2010, em 2008 há pouca documentação sobre o papel das organizações da sociedade civil e das ONGs nas revoltas, ou a sua relação com os manifestantes que nelas participaram. Por exemplo, Holt-Giménez e Patel (2009) apresentam uma série de declarações de várias organizações da sociedade civil, plataformas e redes proeminentes, feitas em preparação para conferências e cimeiras, mas não relacionam os seus autores com as revoltas sobre as quais fazem tais declarações.

Uma das poucas obras que em parte se focaliza na relação entre as revoltas populares e a sociedade civil estabelecida é de Beinín (2014), que examina o papel da sociedade civil árabe nas revoltas de 2011, perguntando por que razão a sociedade civil não conseguiu cumprir com o seu suposto papel. Beinín questiona o pressuposto, que prevalece entre académicos e formuladores de políticas ocidentais, sobre a sociedade civil como essencial para a democracia. Ele critica a racionalidade da promoção das ONGs como uma forma de “construir a sociedade civil”, uma estratégia que ele alega ser sobrestimada e baseada em falsos pressupostos. Beinín argumenta que a democracia é o resultado de lutas e não sai dum oposição licenciada e aprovada na forma de uma classe média urbana, cujos representantes muitas vezes têm sido promotores da política neoliberal do *Washington Consensus*.

Cidadania e sociedade civil

De igual modo, e muitas vezes ligada à construção da sociedade civil, fala-se da construção da cidadania. Cidadania é um conceito bastante usado, por exemplo no contexto do apoio às ONGs, mas também na academia. Em 1949, Marshall, na sua aula *Citizenship and social class*, foi um dos primeiros, se não o primeiro, a desenvolver um quadro sobre cidadania para explicar direitos sociais, políticos e legais (Marshall, 1950). Porém, embora tenha passado meio século, ainda não existe uma teoria de cidadania. Janoski, na sua tentativa de contribuir para resolver esta falta, parte da seguinte definição: “Cidadania é uma filiação passiva e activa de indivíduos num Estado ou nação com certos direitos e obrigações universais e gozando de certo nível de igualdade” (1998 p.7). Sem dar uma definição específica, van Steenbergere (1994) explica que cidadania representa a participação na vida pública, que é mais abrangente que a vida política. Isto implica que cidadania vai além da relação que o cidadão tem

com o Estado, ou seja, é a relação que o cidadão tem com a sociedade como um todo. Um cidadão neste sentido é alguém que está a governar e é governado, pois assumir este papel requer autonomia, lealdade e bom senso. O conceito de cidadania engloba, por um lado, direitos, e, por outro, obrigações. Van Steenbergen (1994) descreve as três dimensões clássicas, vindas de Marshall, sobre cidadania; política, social e civil, mas argumenta que estas podem não ser suficientes para analisar os desafios de hoje. Os direitos civis são liberdades como a de associação e a liberdade de expressão; os direitos políticos incluem o exercício de participar em eleições justas e livres; os direitos sociais incorporam o direito de bem-estar económico, segurança, participação social na comunidade (Revi, 2014).

Segundo Marshall, a cidadania é um meio pelo qual o capitalismo e a democracia, dois sistemas em tensão natural, podem coexistir. Dito de outra forma, os direitos sociais foram o resultado necessário da concorrência entre os direitos civis e políticos. Para garantir que os cidadãos estejam suficientemente bem informados para exercer um voto significativo, o governo é obrigado a garantir escolaridade. Portanto, os direitos políticos exigem, e são, por sua vez, apoiados por direitos sociais e a educação tem uma relação directa com a promoção da cidadania (Revi, 2014).

Na literatura contemporânea sobre a sociedade civil, encontra-se um número de definições quase igual ao número de autores. Não é objectivo deste artigo apresentar essa vasta discussão. O artigo apenas se refere a alguns exemplos, para servir como ponto de partida para o raciocínio subsequente. Michael Edwards sugere que as escolas teóricas sobre a sociedade civil podem ser divididas em três categorias principais: “a sociedade civil como o mundo da vida associativa (a visão mais comum), a sociedade civil como a sociedade boa (o tipo de sociedade que as associações supostamente vão gerar), e a sociedade civil como a esfera pública – ou seja, as arenas em que os cidadãos falam uns aos outros sobre as grandes questões do dia e chegam a algum consenso político” (2013, p.2). Uma académica bastante citada na literatura sobre sociedade civil, especialmente no que diz respeito à sociedade civil global, é Mary Kaldor. Ela define a sociedade civil como “o meio através do qual um ou vários contratos sociais entre indivíduos, homens e mulheres, e os centros políticos e económicos do poder são negociados e reproduzidos” (2004, p.67).

Enquanto uma grande parte da discussão histórica do conceito de sociedade civil (como por exemplo os clássicos como Hobbes, Locke e Ferguson, bem como teóricos mais recentes como Marx e Gramsci) se focaliza numa definição, ou pensamento, da sociedade civil como uma “cola” que garante a coesão da sociedade (Kaldor, 2004), a literatura contemporânea parece não se focalizar na questão da coesão. Apesar das vastas e diversas discussões sobre a definição da sociedade civil, em grande medida focalizadas na questão sobre que tipo de organizações (formais) devem ser incluídas e excluídas da definição, a maior parte da pesquisa parece

não questionar o ser da sociedade civil e o que torna essas associações, uma parte fundamental da sociedade civil.

Gramsci, como um dos exemplos dos pensadores sobre sociedade civil nas primeiras décadas do século XX, olhou para a sociedade civil como uma parte da supra-estrutura da sociedade, junto com a sociedade política, e chave para a construção da hegemonia civil (ligando à hegemonia política) e para a criação e/ou mudança do “senso comum” (Thomas, 2010). Porém, a literatura contemporânea preocupa-se menos com estas discussões mais profundas sobre a mudança da hegemonia na sociedade, e mais com o que os actores da sociedade civil fazem, ou não fazem. Observa-se que isto leva muitos académicos e autores a um compromisso fundamental: mesmo que seja explicitamente reconhecido que eles não são legítimos representantes da sociedade civil, dos cidadãos e das comunidades, dependendo da escolha do autor, há uma tendência para continuar a análise de qualquer maneira, como se o fossem.⁸ Como descrito na secção seguinte, sobre a sociedade civil moçambicana, esta lógica também é usada pela comunidade doadora em Moçambique.

Holzscheiter (2011) afirma que as OSC são geralmente vistas por si mesmas, bem como pelos decisores e doadores, como actores que vão fechar lacunas de representação na governação local e global, mas que esta função de representação é facilmente abusada. Ela questiona a legitimidade pública das OSC e argumenta que um número bastante limitado de interesses são representados e, portanto, o factor de diversificação da participação das OSC, acaba sendo ilusório. Holzscheiter afirma que é no “terreno anárquico da sociedade civil que a ligação entre os reconhecidos como representantes e aqueles cujos interesses e destinos estão sendo representados é menos regulada, isto é, em muitos casos, não dependem de um mandato público ou do consentimento dos povos para serem representados por outros. É neste contexto que, mais recentemente, as fontes de autoridade e legitimidade das OSC têm vindo a ser examinadas mais de perto, assim como os mecanismos através dos quais visam assegurar a responsabilidade mais directa dos seus constituintes, ou “tomadores de política”. Prestação de contas, aqui, refere-se ao processo de “dar conta de” àqueles que são afectados directamente pelas actividades da organização (2011, p.176).

Pode-se argumentar que as pessoas pobres continuam a ser marginalizadas, que as ONGs não representam “os pobres” de uma forma autêntica e que não dão às pessoas, que dizem representar, uma voz verdadeira. Nyamagasira escreve: “Se o desejo é o de dar voz aos sem voz, tradicionalmente, essa voz deve ser ouvida claramente antes

8 Veja por exemplo Godsäter (2013) que tem um quadro teórico extenso sobre a sociedade civil, onde se conclui que as ONGs (na África do Sul) são, em grande medida, construções estrangeiras pró-ocidentais, compostas por residentes em áreas urbanas que ficam fora do alcance da maioria da população, excluindo, portanto, as organizações rurais e comunitárias com vínculos mais fortes com a maioria. Ele também afirma que essas mesmas ONGs são um dos (três) atores mais relevantes a nível regional. Um outro exemplo é Fernando (2011), que apesar duma crítica dura contra as ONGs, argumenta que “não devemos ignorar o potencial das ONGs para funcionarem como espaços para o desenvolvimento de ideias e práticas contra-hegemónicas” (2011, p.241).

que possa ser claramente articulada” (1998, p.301). A legitimidade é frequentemente utilizada em contextos políticos e, nesses termos, está ligada à advocacia e representação, como alguém que tem o direito de agir e participar “em nome de”. A legitimidade das OSC, especialmente no trabalho de advocacia, é muitas vezes considerada com base em questões de representatividade (Lister, 2003).

Jai Sen destaca que “por alguma razão, quando falamos de “poder” referimo-nos automaticamente ao Estado e ao mercado”, sublinhando a necessidade de investigar o “poder dentro do mundo não-estatal e os actores não-estatais [...] Observo como, actualmente, a cooperação civil, não-estatal, favorece as empresas globais e o corporativismo hegemónico – e se afasta cada vez mais da cooperação; e, defendo que essa tendência está ligada ao papel histórico da sociedade civil” (2007, p.53). Sen argumenta que a sociedade civil é “uma sociedade, ou comunidade, governada pelas normas de civismo; a secção da sociedade que se tornou – nos seus próprios termos, e por sua própria definição – “civilizada”. Por definição, na tal sociedade, não há nenhum espaço para desvios, para partes que não seguem as regras para ser civilizado, regras que por sua vez são definidas por aqueles mesmos que se consideram civis e civilizados. Os civilizados sentem-se ameaçados por aqueles que não se conformam (e que, portanto, classificam como “anti-sociais”, “desviantes”, “selvagens” e “incivis”) [...] é a tarefa histórica daqueles que assumem esta classificação para si, de “civilizar” a sociedade e estabelecer a ordem civil – o que significa estabelecer a hegemonia sobre tudo e todos aqueles que eles consideram não serem civilizados” (2007, p.54). Sen relaciona o não civilizado com classe: “E aqueles que constituem os não civilizados – como são percebidos e estigmatizados pelos civilizados – são as classes baixas, as castas mais baixas (e os párias), e em geral as pessoas de cor, especialmente o preto, e todos aqueles com idiomas, fés e preferências diferentes daqueles que foram domesticados com sucesso” (2007, p.58).⁹

Despolitização e supressão de interesse de classes

Kamat (2004) questiona a equivalência entre sociedade civil e ONGs. Ela argumenta que fazê-lo, cria uma versão de democracia que está alinhada com – e que contribui directamente para – os interesses capitalistas neoliberais globais, por ser uma parte obediente no jogo maior, assumindo os papéis e preenchendo as lacunas da forma que se espera deles. Kamat descreve um *flip-flop* nas percepções dos respectivos papéis pelo Estado e pela sociedade civil, onde as ONGs, no discurso actual, são

⁹ A prática dessa noção pode ser encontrada, por exemplo, no *Charter Principle* do Fórum Social Mundial, que exclui explicitamente os grupos militantes ou grupos que defendem a violência política. (Gautney 2010, p.98) Nas revoltas do pão em Maputo, os manifestantes usaram violência. Como será relatado na secção sobre as percepções dos manifestantes mais abaixo, a questão do uso de violência acaba sendo central para entender as perspectivas dos manifestantes sobre a sua cidadania e participação. Também é uma das poucas intersecções entre as ONGs e os manifestantes, como várias ONGs, condenaram oficialmente a violência.

consideradas capazes de ir além dos interesses privados e de prestar contas sobre os interesses do bem-estar geral das populações (Kamat, 2004).

Kamat enfatiza a despolíticação das OCBs (Organizações Comunitárias de Base), que se afastam do trabalho de mudança social, trocando-o por uma abordagem técnica, ou administrativa, e apolítica (Kamat, 2004, p.170). Empoderamento e bem-estar tornaram-se conceitos individualizados e entendidos como capacidade (ou vontade, ou iniciativa) para maximizar os benefícios (individuais) dos recursos existentes. A despolíticação também é destacada por Pearce (2010), que afirma que, ao assumirem uma posição de colaboração entre as classes, focalizando-se nos espaços locais em vez de nas lutas de classe nacionais, as ONGs correm o risco de dividir, confundir e desviar os movimentos populares.

Pearce argumenta, com base no pensamento de Marx sobre a traição da classe média no processo da mudança social, que as ONGs “são envolvidas num dilema estrutural, no qual podem fazer escolhas que não existem para as pessoas que elas pretendem defender” (Pearce, 2010, p.631). Da mesma forma, Fernando afirma que as ONGs alegam falsamente que desafiam a acumulação de capital, quando realmente não defendem mudanças exigindo a transformação do Estado capitalista. Fernando afirma que as intervenções das ONGs são respostas a crises capitalistas, mas que as ONGs não fazem nenhuma tentativa de atribuir os problemas ao capitalismo. As ONGs tornam-se perfeitamente compatíveis com o capitalismo (2011). Fernando afirma ainda que as intervenções das ONGs em áreas supostamente políticas, como por exemplo a boa governação e o empoderamento, estão de facto a contribuir para a supressão e desarticulação de uma consciência política, que iria desafiar seriamente as políticas neoliberais, das quais as ONGs em si próprias são uma pedra angular. O objectivo dos projectos de desenvolvimento que visam promover a boa governação é, segundo Fernando, “garantir que o Estado e as ONGs funcionem de forma consistente com as políticas neoliberais” (2011, p.237). Assim, mesmo que as ONGs protestem contra os governos e corporações “os imperativos fundamentais do capitalismo não se tornam o objecto de seu protesto. [...] Esta é a lógica governativa neoliberal, como a boa governação” (2011, p.275).

Contexto moçambicano das manifestações

As manifestações violentas comumente designadas por revoltas do pão tiveram lugar em dois momentos distintos, porém num contexto bastante similar. A similaridade verifica-se sobretudo pelo facto de elas se terem dado uma após a outra num intervalo de dois anos (2008 e 2010), sendo que nesse período não houve mudanças significativas no âmbito político e económico. No âmbito social, muito provavelmente, terão havido mudanças, quer ao nível de consciência política como

sócio-económica influenciadas, por um lado, pelos sucessivos discursos políticos optimistas a respeito da economia e do desenvolvimento, e, por outro lado, pela cada vez maior distanciação entre a classe da elite política e económica e o povo, ou seja, a classe operária e a população em geral.

Contexto político

Em 2008, quando se verificou a manifestação violenta, tinham passado 33 anos após a proclamação da independência. Entretanto, uma primeira manifestação violenta tinha acontecido em 1993, após o advento da paz, quando os transportadores semi-colectivos de passageiros decidiram aumentar o preço por viagem em 100% (Chaimite, 2014). Embora tenha se registado anteriormente um período de fome severa, entre 1983 e 1985, não há registo de manifestações similares.

Desde 1993, passaram-se 15 anos até o período em que se registaram manifestações populares de carácter violento, mas depois registaram-se manifestações violentas e focos de manifestações violentas em 2010 e 2012, respectivamente. As primeiras manifestações do período em estudo tiveram lugar no ano 2008, em 5 de Fevereiro. Inesperadamente as manifestações aconteceram num momento em que já se passavam cerca de três anos das últimas eleições gerais em que Armando Guebuza fora eleito presidente da república com 64% dos votos (contra 32% do seu principal opositor Afonso Dhlakama), e a Frelimo com 56% (contra 27% da Renamo) (Brito, 2008). Refira-se que nestas eleições o nível de abstenção tinha alcançado 64%, o que levou alguns pesquisadores a questionarem a legitimidade das mesmas (Francisco, 2008).

A tónica dominante da presidência de Armando Guebuza foi o “combate à pobreza”. Este *slogan* dominou as suas campanhas eleitorais e as presidências abertas¹⁰. Embora a presidência aberta tenha representado uma perspectiva de aproximação entre o governante e a população, esta visão não é tão linear. Se por um lado é verdade que o Presidente da República passou a ter espaço de intervenção directa para o povo, o contrário não pode ser afirmado com tanta certeza. Na sua pesquisa antropológica, Euclides Gonçalves constatou que, no processo de preparação da recepção presidencial aos distritos, existia uma encenação e selecção prévia propositada dos intervenientes que iriam falar em representação do povo¹¹ (Gonçalves, 2013).

O primeiro mandato de governação do Presidente Guebuza foi também caracterizado por discursos optimistas, que se seguiram ao *boom* dos recursos

10 Importa referir que a “Presidência Aberta” (mais tarde, “Presidência Aberta e Inclusiva”) foi o seu modelo de governação e consistia na realização de um périplo pelo país, nos distritos, onde se realizavam comícios e auscultações públicas. Nestas presidências abertas foi sempre notória no seu discurso a repetição do *slogan* do “combate à pobreza”, bem como outros como o “combate à corrupção” e “ao espírito deixa andar”.

11 Entre os seleccionados figuravam normalmente membros do partido Frelimo, ou outros em situação relativamente cómoda e fiéis ao governo distrital, previamente preparados para falar em nome do povo ou, simplesmente, para ler as mensagens da comunidade, preparadas pelos governantes locais (ao nível da administração distrital).

naturais e às elevadas taxas de crescimento económico que Moçambique registava. Moçambique era citado como exemplo na arena internacional, o que fazia com que os políticos no poder discursassem com alto nível de optimismo sobre o seu desempenho governativo, que estaria na base dos altos níveis de crescimento económico e nos avultados volumes de investimentos que afluíam ao país. O optimismo não se limitava apenas às expectativas de dividendos futuros, mas incorporava em si o “sucesso económico e político” que o país já experimentava.¹²

Em 5 de Fevereiro de 2008 registaram-se as então inesperadas manifestações nas cidades de Maputo e Matola, num contexto pré-eleitoral (as eleições autárquicas tiveram lugar em 19 de Novembro). Curiosamente, apesar desse evidente protesto contra a governação, a Frelimo e os seus candidatos venceram as eleições de forma relativamente folgada em Maputo e Matola. No ano seguinte, 2009, realizaram-se as eleições gerais em que o presidente Guebuza e seu partido foram reeleitos com as percentagens de votos próximas das obtidas em 2004 (Brito, 2009).

O optimismo político e económico continuou evidente, tanto pela intitulada “vitória retumbante”, como pela robustez económica proclamada pelo FMI ao afirmar que a tão temida crise financeira e económica¹³ mundial não se faria sentir em Moçambique.¹⁴ Tais afirmações feitas por proeminentes figuras de instituições internacionais foram tomadas como uma garantia de estabilidade e sucesso e pareciam suportadas pela conjuntura macroeconómica favorável de Moçambique nesse período. Porém, pouco depois, em 2009, os efeitos da crise económica mundial começaram a ser sentidos também em Moçambique.

Contexto económico

A economia de Moçambique registou altas taxas de crescimento económico, variando entre 7% e 9% no período de referência (Governo de Moçambique, 2008). Neste contexto, o país também tem registado elevados níveis de investimento, tendo, por exemplo, só no primeiro trimestre de 2009, sido aprovado um volume de investimento de cerca de 110 milhões USD, dos quais 45 milhões de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) (O País, 2009). Se, por um lado, a economia de

12 A aclamação foi também feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD) ao afirmar, em 2006, que era como “um modelo de sucesso na transição pós-conflito”. Facto que permitiu ao Governo afirmar que “Moçambique continua a ser uma das nações mais favoritas dos doadores (G8)”, vide portal do governo http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_politica/julho06/news_062_p_07_06/?searchterm=Jeffrey.

13 Moçambique está melhor posicionado que muitos países africanos para responder ao custo dos cereais e dos combustíveis. As reservas internacionais são, neste momento, equivalentes a 8,2 meses de importações, isto excluindo as importações autofinanciadas, disse Feliz Fisher, representante residente do FMI em Moçambique. http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/maio2008/nots_en_299_jun_08?searchterm=FMI++crise+financeira.

14 Jeffrey Sachs, um prestigiado professor da Universidade Columbia e Acessor do Secretário Geral das Nações Unidas fez fortes declarações dessa natureza como “Moçambique – país de conquistas extraordinárias”, “não há crise económica em África”, etc., como se vê na notícia constante da página do Governo de Moçambique em. http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/jeffrey-sachs-profetiza-sucesso-democambique?searchterm=Jeffrey.

Moçambique teve altos níveis de crescimento com crescentes e avultados volumes de IDE, por outro lado, observa-se uma fraca capacidade de criação de emprego e baixos níveis de redução da pobreza¹⁵ (Forquilha, 2014; Chaimite, 2014).

Para além disso, as expectativas eram bastante altas em relação à implementação do Protocolo Comercial da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que teve início em Janeiro de 2008 com a abertura da região à Zona de Comércio Livre. Esperava-se com esta abertura que os moçambicanos teriam maiores oportunidades de consumo a preços relativamente baixos, dado que podiam importar produtos alimentares a baixo custo, livres de direitos aduaneiros dos países vizinhos e em particular da África do Sul (Sambo, 2010).

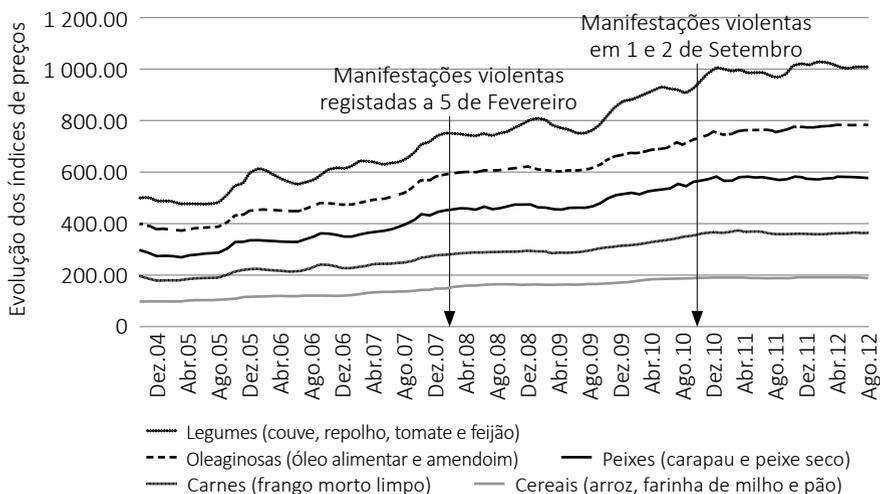
Os preços das *commodities* estavam em alta, o que favorecia um clima de investimentos na indústria extractiva. Até Junho de 2011, cerca de 9 megaprojectos já tinham sido aprovados em Moçambique, estimados em cerca de 9,82 mil milhões USD. Entre estes figuraram “a fundidora de alumínio Mozal (Maputo), a exploração de gás natural em Inhambane (Sasol), e o projecto de exploração de areias pesadas em Nampula (Kenmare)” (Portal do governo, 2011)¹⁶ só para mencionar alguns. Pode-se ainda destacar a reversão da Barragem de Cahora-Bassa para Moçambique e as explorações de carvão em Tete (Vale, etc.). Para os políticos, este afluxo de investimento foi traduzido como sucesso económico, porém o seu reflexo não era sentido pelas comunidades em geral visto não terem sentido variações de rendimentos e continuarem a enfrentar dificuldade na busca de oportunidades de emprego.

Ao mesmo tempo, os níveis de preços na economia continuaram a crescer, experimentando períodos de elevadas subidas influenciadas pela crise internacional dos cereais no período 2007 a 2012. Para além da crise de preços dos combustíveis e dos cereais que tiveram um carácter internacional e se abateram também em Moçambique, os outros preços dos produtos básicos e alimentares na economia moçambicana também experimentaram variações sem, que se verificasse uma correspondente alteração do rendimento das famílias de baixa renda (veja os Gráficos 2 e 3).

Por sua vez, esse aumento de preços não compensado com a variação de rendimentos da maioria da população gerou um alto nível de sufoco económico nas famílias devido ao incremento no custo de vida. Com efeito, nos dias em que foram publicamente anunciadas a subida de preços do transporte interurbano de passageiros e a subida do preço do pão, irromperam violentas manifestações populares nas cidades de Maputo e Matola em protesto contra estes aumentos de preços.

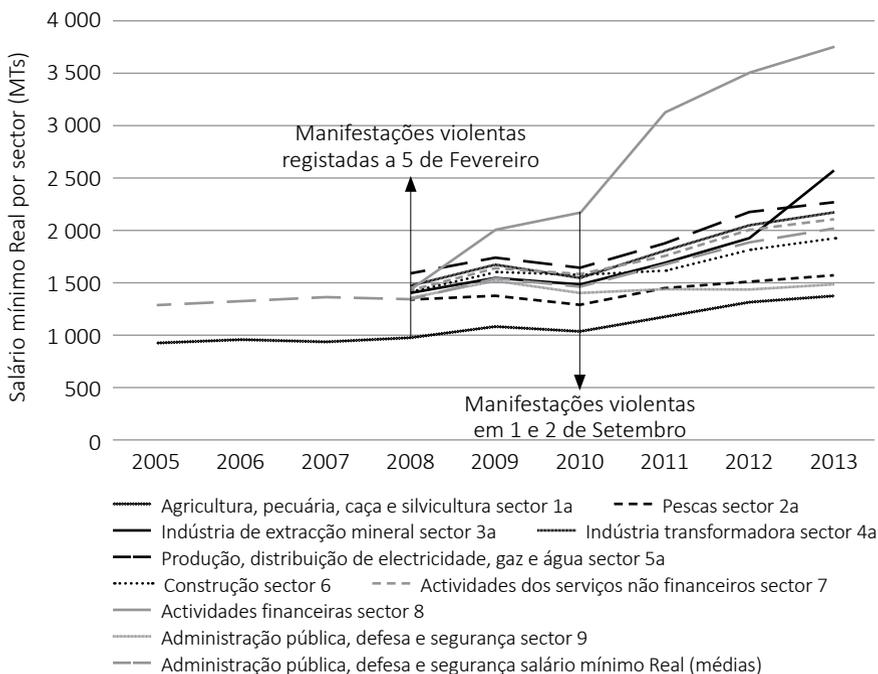
15 As novas estimativas indicam uma redução da pobreza de 70% em 1997 para 61% em 2003, e uma subsequente melhoria a um ritmo inferior para 57% em 2009; a incidência da pobreza é relativamente baixa em Maputo, mais consistente a nível provincial, muito maior na área rural e mais em linha com outras dimensões da pobreza (Boom, 2011).
16 http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_econom_neg/janeiro-2011/jeffrey-sachs-profetiza-sucesso-democambique?searchterm=Jeffrey.

Gráfico 2 – Evolução dos Índices de Preços ao Consumidor dos principais produtos alimentares em Maputo-Cidade (Dezembro 2004 a Dezembro 2012)



Fonte: INE, Dados do IPC – série de índices elementares de Maputo

Gráfico 3 – Evolução dos salários mínimos reais por sectores de actividade em Moçambique (2005–2013)



Fonte: Brito et al (2015)

Castel-Branco (2010) argumenta que Moçambique é uma economia extractiva, e dá seis características do conceito, nomeadamente: a) produção e comercialização de produtos primários e processamento limitado, tudo para exportação. A economia como um todo é caracterizada pelo primeiro passo na cadeia de valor; b) os mercados internos são fragmentados e as ligações entre os sectores são fracas. O país exporta bens não processados e importa bens processados; c) a expansão do mercado depende da exportação de produtos primários. A expansão é constantemente interrompida por crises, mas pode ser salva se outros recursos externos, como por exemplo a ajuda ao desenvolvimento, estiverem disponíveis; d) profundas desigualdades entre regiões e grupos sociais em termos de acesso a oportunidades e riqueza. A desigualdade é causada pela concentração do emprego em poucos lugares; e) os recursos sobre os quais se constrói a riqueza são em grande medida não renováveis, ou renováveis mas tornados não renováveis por exploração excessiva; e, f) forte concentração de poder económico na elite política. Assim, Castel-Branco sustenta que este padrão dos investimentos estrangeiros em grande escala na extracção de recursos naturais não vai trazer impactos positivos ao desenvolvimento a nível local, apesar do seu contributo significativo para o Produto Interno Bruto (PIB).

Vários pesquisadores alertaram que, neste quadro, a agricultura familiar camponesa não tem tido nenhuma prioridade, nem do Governo de Moçambique nem dos doadores. Norfolk e Hanlon, por exemplo, escrevem: “A grande quantidade de terra oficialmente não usada levou a duas abordagens diametralmente opostas, não apenas em Moçambique, mas também em todo o sul global. Uma usada em defesa dos pequenos agricultores para aumentar o uso e a produtividade da terra. A outra para a defesa de investimento estrangeiro de plantação para se dar o salto tecnológico. Em Moçambique, a política das agências internacionais é a de reduzir o apoio – e o papel do governo – para a agricultura e deixar o desenvolvimento agrícola ao sector privado. Por não haver interesse privado no sector camponês, isso levou à ênfase no incentivo ao investimento estrangeiro nos finais da década de 1990 e princípios da década de 2000. Moçambique promoveu o investimento anunciando que milhões de hectares estavam disponíveis” (2012, p.4).

Voltando às características dadas por Patel e McMichael sobre o regime alimentar corporativo dominante, implícito na governação neoliberal, atrás referido, parece que as análises feitas sobre a economia de Moçambique se encaixam nessa descrição.

O contexto da participação dos cidadãos

A nova Constituição de 1990 (revista em 2004) instituiu o multipartidarismo, a liberdade de associação e a liberdade de expressão. A constituição garante ainda o direito a reunião e a manifestação a todos os cidadãos. Para além disso, ela estabelece

que, no seu funcionamento, os órgãos locais do Estado devem garantir a participação activa dos cidadãos e incentivar a iniciativa local na solução dos problemas das comunidades (Constituição da República, 2004).

Esta Constituição deu lugar ao surgimento de vários partidos políticos bem como de organizações de sociedade civil independentes do governo. Assim, ao contrário das organizações criadas pelo regime de partido único, ligadas ao seu projecto político, como por exemplo a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), surgiram outras organizações não governamentais estrangeiras e nacionais independentes, de carácter humanitário, associativo, de advocacia, etc., assim como surgiram também vários órgãos de informação independentes, que ajudaram na divulgação de informação e na consciencialização dos cidadãos sobre vários aspectos de índole social, económica, política e participativa (COWI, 2012; Negrão, 2003). Estes factores aliados ao desenvolvimento e disseminação das redes de comunicação e telefonia móvel despertaram cada vez mais a consciência e a necessidade de prática do dever cívico de participação dos cidadãos no processo de governação, muitas vezes não correspondidas pela forma de actuação dos governantes (Topsøe-Jensen *et al.*, 2012; COWI, 2012).

Oficialmente, existem diversos espaços de participação do cidadão em geral e da sociedade civil organizada no processo de governação. Entre eles contam-se: os Observatórios de Desenvolvimento (ou da Pobreza)¹⁷; Conselhos Consultivos Locais e outros constantes da lei 8/2003, Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE), e do Decreto 11/2005, bem como espaços informais e reuniões de consultas comunitárias nos bairros, localidades ou distritos durante as chamadas presidências abertas. Apesar da existência desses diversos espaços de participação, legalmente criados para a intervenção da sociedade civil, a sua participação tem enfrentando diversos constrangimentos (Centro de Estudos e Desenvolvimento, 2010). Para além de se esperar que a participação efectiva da sociedade civil seja feita a título associativo ou organizacional formal, há vários constrangimentos que são enfrentados para a formalização das associações (COWI, 2012) como se discute na secção a seguir. Por seu turno, a percepção popular é que as reuniões de consultas comunitárias tendem a assumir uma forma de comunicação *top down*, pois as preocupações que os populares levantam não têm merecido resposta visível por parte das autoridades.

17 Segundo Albino M. Francisco (2007), o Observatório da Pobreza é um espaço aberto, criado pelo governo para debater com a sociedade civil. O Observatório do Desenvolvimento (antes denominado Observatório da Pobreza) foi criado pelo governo de Moçambique em 2003, tendo o projecto sido financiado e apoiado pelo PNUD. O Observatório faz parte dos esforços para avaliar e monitorar a implementação dos programas de combate à pobreza (basicamente, o PARPA) e trata-se de um fórum consultivo que reúne, paritariamente, representantes da sociedade civil, do governo e da comunidade doadora (vinte membros de cada grupo). Desde 2005, existem também Observatórios do Desenvolvimento ao nível provincial (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009).

Forquilha argumenta que o processo de implementação das reformas de descentralização, “ainda não teve um impacto significativo na constituição e desenvolvimento de espaços políticos locais, caracterizados por uma governação participativa, capaz de promover a nível local a cidadania, a prestação de contas, a transparência, a abertura, a capacidade de resposta por parte dos governos locais às necessidades dos munícipes e o melhoramento das condições de vida dos cidadãos” (2008, p.72).

As organizações da sociedade civil em Moçambique: participação e representação

Como na maioria dos países do mundo, a sociedade civil em Moçambique é bastante diversificada. Compreende desde os diversos grupos religiosos, sociais, étnicos, económicos e regionais, cada um destes diversos grupos apresentando uma estrutura complexa e muitas vezes não homogénea, apresentando diversas características quanto ao nível de participação e intervenção no campo de decisão política. Uma divisão que se pode observar é entre as organizações que prestam serviços e as organizações que trabalham na área de advocacia. Porém, não é uma linha divisória absoluta. Referindo a discussão ao processo de despolitização apontado na revisão bibliográfica, confirma-se esse processo nas organizações prestadoras de serviços, que muitas das vezes são OCBs.

O Decreto 11/2005 (art. 20 a e b), regulamenta que a participação nos espaços legalmente criados para o efeito seja feita por uma “sociedade civil organizada por sectores de actividade, ou por organizações não governamentais” (Centro de Estudos e Desenvolvimento, 2010), legalmente registadas ou reconhecidas, que são pressionadas a trabalhar com um ministério (COWI, 2012). Nesta secção, é apresentado o conceito e as características da sociedade civil em Moçambique, com particular ênfase para os aspectos de participação e representação.

Caracterização das Organizações da Sociedade Civil em Moçambique

Aponta-se para dois tipos de OSCs, segundo a natureza de sua criação, existentes após a proclamação da independência, em 1975. O primeiro tipo são as Organizações Democráticas de Massas criadas pela Frelimo¹⁸, partido-Estado, sujeitas a um controlo dirigista estrito; o segundo é constituído pelas OSCs criadas por iniciativa dos seus associados e baseadas num regime de membros¹⁹, que escapavam ao controlo estrito do Estado (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012; Negrão, 2003). Com a aprovação da constituição

18 “Foi o tempo das Organizações Democráticas de Massas (ODMs) sujeitas a um estrito controlo dirigista e exclusivas para o grupo social ou sócio-profissional a que se destinavam, para a mulher havia a OMM, para os jovens a OJM, para os trabalhadores assalariados a OTM, para os professores a ONP, para os jornalistas a ONJ e assim, sucessivamente” (Negrão, 2003).

19 “Contudo, para além das iniciativas do Estado, houve alguns desenvolvimentos independentes, parte dos quais datando do período colonial como, por exemplo, a criação do Conselho Cristão de Moçambique (CCM), a Caritas de Moçambique e a União Nacional de Camponeses (UNAC)” (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012).

multipartidária de 1990, a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, e a realização das primeiras eleições multipartidárias, em 1994, abriu-se espaço favorável para o surgimento de inúmeras²⁰ OSCs com mais liberdade de expressão em relação às que as precederam (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009).

As OSC podem ser classificadas seguindo lógicas diferentes. Um exemplo é considerá-las de acordo com o seu tamanho, nível de abrangência, impacto, e capacidade de mobilização de fundos (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012):

- O primeiro grupo, das grandes OSC, é constituído por uma pequena elite de organizações ou plataformas de organizações, com capacidade de participar, comentar e interagir com as instituições do Estado e que são convidadas para tal. Além de terem membros altamente qualificados e bom nível de desempenho, têm também alta capacidade de mobilização de financiamento. Geralmente não têm uma base associativa, porém agem “em nome de” determinados grupos e defendem as suas causas (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012). De acordo com um relatório da Open Society, a maior parte destas organizações estão sedeadas na cidade de Maputo, que alberga cerca de 13% do número total de organizações, e concentra cerca de 51,6% do total de fundos destinados ao sector, empregando 52% dos trabalhadores do sector ao nível nacional. O relatório afirma ainda, que esta centralização ao nível das organizações da sociedade civil verifica-se tanto ao nível dos recursos materiais como dos recursos humanos (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009).
- O segundo grupo é constituído por um grande número de organizações de dimensão média com potencial, porém sem uma clara expressão no tocante a influenciar políticas, e com poucos recursos financeiros. Negrão (2003) chamou-as de ONG de negócios. Muitas destas organizações funcionam em função da procura ou das oportunidades de financiamento que surgem, as quais por sua vez dependem das agendas dos doadores (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012). Tais organizações, na sua maioria, foram constituídas em resultado da existência de financiamento e têm como missão principal responder às agendas dos doadores que levaram à sua criação, ou alternativamente procuram desenvolver projectos sobre quaisquer assuntos com o objectivo único de adquirir financiamento (Negrão, 2003). Deste modo, são mais do tipo prestadoras de serviços, com o intuito de resolver o problema de desemprego dos seus membros, embora possam incorporar na sua agenda alguns elementos de advocacia. Por outro lado, geralmente tais organizações não têm base associativa (Topsoe-Jensen *et*

20 “Existiam 4.853 instituições sem fins lucrativos não-estatais legalmente reconhecidas em Moçambique no ano de 2004. A maior parte dessas organizações fora constituída entre 1994 e 2003” (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009).

al, 2012) e no seu processo de formação orientado pela procura desprezavam o movimento associativo local.

- O terceiro grupo é o chamado de organizações de base, as quais Topsoe-Jensen *et al* (2012) preferiram chamar de pequenas organizações, e Negrão (2003) identificou como movimento associativo local. Estas trabalham geralmente ao nível provincial e distrital, com limitada capacidade intelectual e interventiva e com pequeno número de associados ou funcionários. Tendem a ser conhecidas apenas nas zonas em que funcionam e revelam-se ao serviço dos seus membros num âmbito sectorial específico de comum interesse dos associados. Por outro lado, enfrentam dificuldades de ordem financeira para fazer face às despesas básicas do dia-a-dia (Topsoe-Jensen *et al.*, 2012).

A distribuição territorial das organizações da sociedade civil é bastante irregular e desigual, de tal modo que 70% destas situavam-se em apenas 5 províncias, Nampula, Gaza, Inhambane, Maputo Cidade e Maputo Província, respectivamente por ordem decrescente. Relativamente à abrangência, as suas actividades são geralmente localizadas. A maioria das OSC concentra os seus serviços nas suas comunidades locais ou nos distritos, apenas cerca de 5,7% delas é de abrangência nacional (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009). À semelhança do Estado moçambicano, as OSC dependem significativamente do auxílio externo e da assistência ao desenvolvimento internacional. Segundo o relatório da Open Society, 71,2% dos fundos recebidos pelas organizações provêm de países estrangeiros. O relatório também revela que, das receitas totais partilhadas entre as organizações, as ONGs estrangeiras recebem 54,6%, embora correspondam a apenas 3,9% das organizações que operam no país (Open Society Initiative for Southern Africa, 2009).

Na revisão bibliográfica, foi referida a prática dos doadores de “construção da sociedade civil” bem como o conceito de “construção de cidadania”²¹ e

21 Um exemplo, entre muitos, é o programa “Construindo Cidadania em Moçambique” cujo objectivo “é a construção da cidadania que visa empoderar os cidadãos e as sociedades civis. A IBIS quer contribuir para que surjam cidadãos e organizações que representem os seus interesses, que participem e influenciem o processo democrático no sentido do desenvolvimento social, económico e político da sociedade moçambicana” (Ibis, 2014). Uma parte considerável da literatura académica que trata do conceito de cidadania liga-o ao papel do sistema de educação, suposto promovê-la. Uma parte da literatura sobre sociedade civil também se relaciona com o conceito de cidadania. Durante uma entrevista, realizada em Abril de 2014, com dois professores de educação primária em Ribaué, a questão sobre o papel da educação na promoção de cidadania foi discutida. Ambos começaram a ensinar durante os primeiros anos de independência. Disseram que depois da independência, a educação política foi introduzida como uma forma de promover o Partido e criar engajamento entre as pessoas e o partido. Isso mudou no final da década de 80 e início da década de 90, quando o sistema multipartidário foi introduzido. Em seguida, a educação cívica foi introduzida. Segundo os dois professores, isto era algo bastante diferente, concentrando-se mais na educação moral, na família, mas também nos valores culturais. Os Moçambicanos são referidos como povo, em vez de o serem como sujeitos. Com a introdução do sistema multipartidário, já não era possível falar de cidadania no sentido de uma participação activa das pessoas dentro do partido. Porém, esse “espaço vazio” em termos de promoção da cidadania não foi substituído por outra coisa. Os professores acreditam que a nova abordagem tem um ponto forte na sua abordagem sobre os valores culturais e morais da sociedade moçambicana, mas um ponto fraco em não ser capaz de promover a participação política activa e a cidadania.

verifica-se que este raciocínio é aplicado pelos doadores em Moçambique. A definição da sociedade civil das agências doadoras concentra-se principalmente nas organizações modernas, urbanas, ou do centro, com uma base de membros limitada e com um nível relativamente alto de capacidade técnica.²² As organizações informais e tradicionais da sociedade civil e de acção colectiva são excluídas do acesso aos espaços reservados para a sociedade civil, bem como de oportunidades de financiamento. Vários académicos têm criticado as definições neoliberais prevalentes que limitam a sociedade civil às ONGs. Alguns exemplos são Negrão (2003) e Åkesson e Nilsson (2006), embora o impacto destas nas políticas dos doadores e no trabalho real das ONGs tenha sido muito limitado.

Åkesson e Nilsson argumentam “que é possível distinguir entre o tipo de organizações que normalmente vemos como ONG e as formas de actividades institucionalizadas no seio da população, que não têm nenhuma, ou pouca, expressão organizacional visível. Talvez fosse pertinente falar sobre as primeiras como OSC superficiais e sobre as segundas como OSC profundas. Se essa distinção for válida, teríamos de concluir que quase todos os recursos de desenvolvimento hoje são canalizados para a sociedade civil superficial e suas organizações, e quase nada é dedicado ao desenvolvimento de instituições de auto-organização das pessoas na sociedade civil profunda. [...] Existe mais uma distinção, que muitas vezes escapa à atenção. Influenciada pela abordagem neoliberal da sociedade civil, a comunidade internacional vê frequentemente todas as formas organizacionais que são “não-estatais” como sendo boas representantes da sociedade civil”²³ (2006, pp.68–69).

A opção preferida pelos doadores de apoiar a sociedade civil superficial tem um impacto sobre o equilíbrio de poder. A escolha das organizações locais que são elegíveis para apoio é um forte instrumento de poder, visto que isto tem obviamente um impacto no equilíbrio do poder no ambiente à volta dessas organizações (Åkesson e Nilsson, 2006; Negrão, 2003). Negrão argumenta: “O legado mais pesado e difícil de remover das ONGs do Norte, durante este período, foi a ideia de que as ONGs por elas criadas são o alfa e o ómega da Sociedade Civil Moçambicana. Na maior parte dos casos, porém, não são nem uma coisa nem outra, não se trata nem de instituições de intermediação nem de instituições intermediárias, acabando por ser um híbrido no seio da sociedade civil com características de empresas de prestação de serviços” (2003, p.3).

22 Examinando a documentação sobre apoio à sociedade civil, parece haver uma tendência de ter definições da sociedade civil bastante abrangentes mas que, na prática, a implementação da definição acaba sendo limitada por “questões técnicas”, tais como critérios para financiamento. No final, esses critérios, e não definição, parecem ser mais decisivos.

23 Continuam: “Contudo, muitas das organizações que nós, nos países em desenvolvimento, aceitamos como ONG seriam, nos nossos países, classificadas como uma espécie de “fundação”, ou em certos casos mesmo como empresas de consultoria” (Åkesson e Nilsson, 2006, p.69).

Participação e representação

Do que se pode deprender da literatura, é crítica a ênfase dada à questão de financiamento quando se trata das OSC moçambicanas, ou que operam em Moçambique. Os relatórios enfatizam a questão financeira como pertinente e reflectem claramente o peso deste assunto na vida das organizações. Se, por um lado, existe uma grande maioria delas cujo surgimento foi na perspectiva orientada pela busca de financiamento (Negrão, 2003), existindo até ao período actual com a mesma lógica de actuação e nalguns casos com pequenas metamorfoses, por outro lado, existem organizações relativamente mais estáveis e com focos bem definidos e independentes das agendas externas, que fazem trabalho de elevado impacto na sociedade (Topsøe-Jensen *et al.*, 2012), mas sendo também altamente dependentes do financiamento externo para o seu funcionamento, o que nalguns casos suscita nelas o anseio pela visibilidade e com isso a competição com outras OSC suas pares, reduzindo assim a possibilidade de trabalho conjunto que poderia resultar em maior impacto.

O facto de a dependência externa destas organizações ser de certo modo generalizado mina a sua representatividade. Geralmente as organizações prestam contas aos respectivos doadores da mesma forma que lhes procuram agradar, rompendo muitas vezes a ligação com as bases. Deste modo, a definição dos seus objectivos, metas e estratégias dependem unicamente das agendas daqueles, ou da capacidade dos seus membros em identificarem agendas relevantes e atraentes, muitas vezes sem a participação daqueles a quem se visa responder. Por conseguinte, a mobilização destes para o exercício de pressão sobre o governo, assim como para o posterior usufruto das “causas vencidas”, se torna um trabalho árduo e muitas vezes inútil. São exemplos disso a já aprovada “lei sobre a violência doméstica”, como se vê no relatório dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca (COWI, 2012; Topsøe-Jensen *et al.*, 2012), e a tão falada “lei do direito humano a alimentação”, até ao momento não aprovada e desconhecida pela maioria dos cidadãos de baixa renda nos bairros periféricos da cidade de Maputo²⁴.

À falta de representatividade, também se alia a fragilidade na sua própria participação ligada com a questão da ilegitimidade. Embora advogando questões relevantes e pertinentes para a população, que pretendem representar, a falta de mobilização e de envolvimento dessa mesma população enfraquece a capacidade de actuação das OSC. Na medida em que os actores da sociedade civil tentam defender causas sociais que confrontem ou critiquem a posição do governo, são geralmente

²⁴ Nenhum dos entrevistados em três bairros periféricos (Ferroviário, Chamankulo, e Maxaquene) revelou conhecer, ou ter ouvido falar, alguma vez, da existência dessa proposta de lei. A proposta foi avançada pelo Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) com a colaboração da FAO e foi discutida e apoiada pela Rede das Organizações de Soberania Alimentar (ROSA).

confrontados com acusações de pertencerem à oposição e, conseqüentemente, são “ilegalizados”²⁵ (COWI, 2012; Topsoe-Jensen *et al.*, 2012). Por outro lado, a falta de representatividade das organizações distancia a sociedade civil, os indivíduos em geral supostamente representados, das OSC que os deviam representar. Quer por desconhecimento, ou por falta de confiança nelas, bem como na lei e nas instituições jurídicas, os indivíduos não expõem os seus problemas a estas, não encontrando também outros espaços de participação onde os expôr, devido às práticas intimidatórias usadas pelas autoridades governamentais, como se vê no seguinte trecho:

Os cidadãos e a sociedade civil consideram as instituições políticas intolerantes ao diálogo e à discordância. A limitação não é legal nem formal, mas consiste antes em constrangimentos e intimidação social e psicológicos que produzem sentimentos de inibição, medo de represálias e desconforto emocional. A quase total restrição no acesso à informação e as práticas intimidatórias utilizadas pelas autoridades governamentais, principalmente ao nível do governo local, vêm aumentar o medo das partes interessadas da sociedade civil de participar no diálogo sobre políticas” (COWI, 2012, p.32).

Vários documentos de doadores sobre a sociedade civil atestam que, mesmo que seja explicitamente reconhecido que as ONGs não são legítimas representantes das cidadãos e das comunidades, elas continuam declarando-se como tal e agindo em nome dos grupos que se dizem representar. Esta constatação concorda com o já mencionado na revisão bibliográfica sobre a não representatividade de muitas ONGs. Pode-se citar como exemplo disso um estudo realizado pelo DFID em 2008. Trata-se de uma avaliação abrangente sobre “voz e responsabilização dos cidadãos” (*citizens’ voice and accountability*) em Moçambique, que incidia sobre sete estudos de caso (intervencões de cooperação para o desenvolvimento) seleccionados com vista a aferir a representatividade das vozes e responsabilização dos cidadãos naqueles casos. A avaliação concluiu que, em geral, as intervenções tinham sido bem-sucedidas no cumprimento de seus objectivos formulados como “voz e responsabilização dos cidadãos”. Entretanto, o que não foi discutido é a questão fundamental se essas intervenções tiveram as condições para tal e, em seguida, se deram qualquer resultado em termos de voz e responsabilização dos cidadãos, incluindo a questão crítica da legitimidade e representatividade das OSC perante os cidadãos. As OSC são consideradas relevantes, legítimas e representativas, se forem bem-sucedidas, e se a voz e a responsabilização dos cidadãos forem mais

25 Ser “ilegalizado”, segundo o relatório da COWI, significa a perda de protecção policial em caso de assédio ou ataques, ou ainda na perda de trabalho, etc. Pode, portanto, ser entendido como não merecendo protecção, ou considerado controverso e réprobo.

expressas através delas. Entretanto, nenhuma das intervenções seleccionadas pertencia a uma organização com uma vasta base de membros e nenhuma tinha mecanismos de responsabilização perante uma base de membros abrangente. Portanto, essa questão não é discutida, uma vez que não está dentro do escopo da avaliação. Na avaliação explica-se que, devido a limitações de tempo, há um fraco foco rural. Ainda que seja nas áreas rurais que cerca de 80% dos cidadãos vivem, isso não impediu a avaliação de tirar conclusões sobre a voz do cidadão e prestação de contas em geral em Moçambique, fazendo assim uma conclusão sobre a maioria, enquanto essa maioria está sendo ignorada.

Estes e outros constrangimentos enfrentados pela sociedade civil em geral e as organizações da sociedade civil em particular podem ter estado na origem dos violentos protestos sociais registados em 2008 e 2010. Até ao momento, ninguém assumiu publicamente ter encabeçado aquelas manifestações, que para além de violentas tiveram um carácter desordenado e, de facto, não foram encontrados possíveis organizadores, como pretendiam os governantes. “Este tipo de movimento espontâneo de acção da sociedade civil, a que é dada pouca ou nenhuma atenção pela sociedade civil estabelecida, ou pelos parceiros de desenvolvimento, é considerado como uma categoria adicional à sociedade civil moçambicana. Esta categoria é considerada uma potencial ameaça, não construtiva na sua forma de exprimir insatisfação” (COWI, 2012). No entanto, é talvez uma das poucas alternativas de expressão da sociedade civil, dada a não representatividade das OSC e o clima hostil da parte das autoridades governamentais a qualquer forma de reivindicação.

As percepções dos manifestantes

Segundo os manifestantes entrevistados, a situação económica deles tende a ir de mal a pior e isto foi uma das principais razões porque decidiram participar nas manifestações. Porém, uma análise dos seus argumentos dá uma imagem mais profunda e complexa das razões que os motivaram, abrangendo efeitos de mudanças estruturais a longo prazo, sentido de desespero perante a impossibilidade de influenciar a sua própria situação e sensação de um fosso muito grande na sociedade entre os que têm e os que não têm. Assim, voltando aos três factores que desencadearam as revoltas de pão, todos apareceram nas entrevistas: primeiro, a subida dos preços dos produtos e serviços básicos e ao mesmo tempo a redução dos rendimentos (*entitlement gap*); segundo, a falta de possibilidades de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida; terceiro, a observação que enquanto o sofrimento da população está a piorar, o bem-estar da elite política e económica tende a aumentar. Nesta secção apresentam-se as percepções dos manifestantes através do uso extensivo de citações das entrevistas. Respeitando a forma como os manifestantes se expressaram, o primeiro e o terceiro factores serão referidos em conjunto, seguidos pelo segundo factor.

Entitlement gap e agravamento da desigualdade económica

Os manifestantes confirmam que a razão pela qual as manifestações ocorreram naquela data, foi o aumento dos preços de serviços e produtos básicos como: pão, transporte, energia e água. Isto num tempo em que as pessoas vêem os seus rendimentos estagnados, ou até a baixar. Expressam que estão cansados do sofrimento e da deterioração que se faz sentir, sobretudo nos últimos cinco anos. Um manifestante residente no Bairro Trevo conta:

Nos últimos cinco anos, para um simples cidadão sem mecanismos de sobrevivência, a pobreza aumentou porque o acesso aos meios financeiros neste país não é coisa fácil. Se não tens ninguém lá no topo, não podes fazer nada, aliás nem coragem tens de procurar esses dinheiros nem no banco e muito menos aqueles sete milhões que se falam.

De forma similar, um outro manifestante residente no bairro da Matola afirma:

A vida financeira do meu bairro nesses últimos cinco anos piorou para os que não têm, os que têm por exemplo a esforço próprio, fazem tudo para manter o que têm, subir não é possível porque a riqueza está num pequeno grupo de moçambicanos que têm poderes de tudo.

Como mostram as citações acima, quando os manifestantes descrevem a deterioração do seu nível de bem-estar, relacionam com os aspectos da desigualdade. Ou seja, os cidadãos estão conscientes que em Moçambique riqueza está a ser criada, mas que somente beneficia um número reduzido de pessoas na sociedade. Como exemplo disso, um outro residente da Matola A ilustra como esta desigualdade e injustiça é vista e sentida:

Olha, a distribuição das riquezas é desigual e por isso, é claro que haverá sempre diferenças os ricos cada vez mais ricos e em contrapartida, os pobres a empobrecerem mais ainda. A injustiça está à vista e não precisa de alguém com muitos conhecimentos para perceber isso. O nível de pobreza aumentou dum jeito que não fazes noção. Algum tempo anterior, a vida não era tão difícil, aliás, produzia-se internamente e os dirigentes que tínhamos, estavam a altura mas esses nossos de hoje, tudo é para eles e mais ninguém.

No geral, os manifestantes confirmam não somente uma deterioração da qualidade de vida, mas também sentem um aumento na desigualdade. Para eles, tanto a precariedade de vida quanto a desigualdade chegaram a níveis inaceitáveis e insuportáveis. Ilustrações disso provêm dos discursos dos manifestantes, como se segue:

Eles sim, são ricos e continuam ricos. A manifestação não era para mudar para que todos ficássemos ricos, porque não é possível, mas manter o mesmo nível de sofrimento e não aumentar. (Um jovem residente na Matola A)

Há injustiça porque as coisas são desigualmente distribuídas, ou nem há distribuição. Não distribuem nada e tudo é só aqui em Maputo e outros que se danem. É assim que pensam esses da Frelimo, os chefes. Mesmo com os preços anteriores, nós continuamos muito pobres, aumentar não é piorar? É injustiça geral porque nós somos esquecidos, eles sempre com muita riqueza e nós sempre pobres. (Um outro residente na Matola A)

O sentido de frustração em relação às tão almeçadas promessas de um “futuro melhor” também transparece nas declarações dos manifestantes. Esta promessa de “futuro melhor”, ainda hoje mencionada em tom de frustração pelos populares, foi o principal *slogan* de campanha do antigo presidente da República, Joaquim Chissano.

“Nós continuamos pobres na mesma e até quando assim? Eles falam muito só, e nós? Sempre esperamos porquê? Sempre é futuro melhor nunca é presente melhor, não acha senhor jornalista!?” (Um residente na Matola)

Os manifestantes expressam uma sensação de abandono pelos políticos em geral e pela Frelimo em particular. Verifica-se nas entrevistas uma relação complexa entre os manifestantes e a Frelimo, onde eles afirmavam categoricamente que a solução não passava necessariamente por trocar o partido no poder, mas sim de mudar o comportamento do partido em geral, com maior ênfase para o comportamento do presidente. Os manifestantes expressaram desapontamento com a Frelimo, tanto num horizonte temporal curto, porque não cumpre o que promete nas campanhas eleitorais, como num horizonte mais longo olhando para os valores da Frelimo como o partido libertador e também referindo os tempos de Samora.

É por essa razão que enquanto alguns usam a manifestação como mecanismo de pressão sobre o governo para mudar de atitude, outros há que se servem do mesmo

meio para expressar a sua frustração. A título ilustrativo, alguns dos discursos de manifestantes entrevistados atestam isso como se segue:

As manifestações podem ser entendidas como repúdio, como quem está descontente com o governo da Frelimo e por conseguinte, as pessoas estão desiludidas e para não esperar só as próximas eleições, dá começar a simular-lhes para terem consciência; se forem a lidar desta maneira, podem não ganhar outra vez; é um sinal para governarem bem se não as pessoas não vão mais confiar neles para próximos pleitos eleitorais. Pode até não ser como tirar-lhes do poder político, mas mudarem de atitude dos seus dirigentes do partido. (Uma manifestante da Matola A)

Outra manifestante de 19 anos no seu desespero afirma:

Paciência, dizer que dias melhores virão, nem esperar porque nessa altura, os que vão suceder, vão querer roubar e fazer do povo como palhaços.

Um outro manifestante de 33 anos vivendo na Matola A disse:

Algumas pessoas acreditam que é uma maneira de criticar este governo e, se calhar, optar por outro partido seria ideal, mas eu não acredito muito nestas pessoas que pensam assim. É claro que pode-se mudar, mas não passa necessariamente em mudar porque por fim, as pessoas comportam-se de igual maneira. É sim questão partidária, o partido Frelimo já deu o que podia dar e já não respeita as pessoas, toma decisões como se não existissem as pessoas que lhes votaram para ganhar. Alterar não vai ser fácil, na minha maneira de ver, seria de encontrar um outro presidente interactivo e não ser o mesmo ao mesmo tempo como presidente do partido, misturam as coisas e tudo fica confusão e como consequência são greves atrás de greves, quantas greves já aconteceram em pouco tempo com Guebuza? Chissano quanto tempo governou e quantas greves já aconteceram? O que sei nenhuma, por isso, acho que é um descontentamento total com este governo que só querem eles ter tudo para o bem deles somente.

No entanto, há também opiniões contestatárias bastante fortes contra o actual regime no geral e contra o presidente em particular e suas atitudes. Tais opiniões tendem a revelar um elevado nível de desgaste na confiança destes em relação aos dirigentes, apesar da sua aparente ligação histórica ou simpatia. Um manifestante, por exemplo, disse: “Se tivesse que voltar a votar novamente, não tenho certeza se votava para ele de novo, não há nada de especial neste camarada, é muito arrogante”. Há entre os manifestantes, quem conte que as manifestações que tiveram lugar no dia 5 de Fevereiro de 2008, foram para fazer uma afirmação clara que o povo não está a concordar com o caminho do partido e com a arrogância do presidente. Vários entrevistados fizeram a comparação com os tempos mais pacíficos do presidente Chissano. Mas outros têm a sensação que todos os políticos são iguais, independentemente do partido a que pertençam. Entretanto, é importante notar que grande parte dos manifestantes entrevistados afirmaram ter votado na Frelimo e em Guebuza nas últimas eleições.

As citações acima permitem compreender que, para os manifestantes, a percepção é que há uma mistura entre o poder político e económico no país. No que se pode perceber deles, a riqueza ou poder económico não está dissociado do poder político. É daí que, em tom de desespero e repúdio, uma manifestante residente no bairro Trevo afirmou: “Meu irmão, vamos ser realistas, neste país quem tem, tem, e terá sempre e se não tens, nunca terás mais. Os ricos são sempre ricos e pobres sempre pobres”. É evidente a contestação contra as pessoas que lideram a Frelimo, começando com o próprio presidente Guebuza. É de salientar que as pessoas que viveram na altura de Samora dizem preferir aquele tempo porque “as coisas não eram como são agora.”

Falta de possibilidade de ser ouvido e de influenciar a sua própria vida

Houve vários incidentes de violência durante as manifestações e foram destruídos carros, lojas, estradas e centros comerciais. Ouvir as motivações dos manifestantes sobre o uso de violência fornece uma compreensão sobre como eles vêem as possibilidades de influenciar a sua vida no dia-adia, bem como a situação geral do país. A seguir, apresentam-se várias citações sobre a função da violência.

Os entrevistados afirmam que sem a violência, não teria havido resultados, confirmando a visão de falta total de vias, ou plataformas, para influenciar as suas vidas. Um manifestante residente na Matola A disse:

Não acredito que alguma solução ia dar, aliás, se fosse tão pacífica como se imagina, era por de vez esquecer que eles iam velar pelo povo que lhes elegeu. Aquela foi a única maneira

de dizer que basta de ditaduras desses camaradas. É isso que eu disse, era única maneira de fazer valer o nosso pedido de apoio, já era insuportável! [...] A reação, por outro lado, com os polícias, sabes que os polícias gostam de extorquir pessoas?! E algumas aproveitaram a oportunidade para resolver problemas que têm com a polícia, que também é pobre mas aproveitam os outros fracos e sem meios de defesa.

Uma manifestante vivendo no bairro Trevo deu a sua opinião sobre a necessidade de violência dizendo:

O uso da violência nunca é a melhor opção, mas quando se está saturado, é só imaginar o que as pessoas são capazes de fazer. É negativo concordo, mas é uma das maneiras das pessoas se organizarem e levarem avante uma contestação, qualquer que seja, quando há violência responde-se também com agressão.

Vê-se nas citações que os manifestantes ligam o uso de violência à dificuldade, ou até impossibilidade, de serem ouvidos pelas pessoas no poder. Um manifestante de 30 anos conta:

A manifestação foi violenta pelo desespero do povo, mas foi uma resposta da força que o governo mandou para nos intimidar e a população unida, preferimos encará-los. [...] Sem aquilo, não era possível este governo ouvir o clamor do povo que tanto precisa de ajuda deles para combater a pobreza que tanto eles mesmos falam de combater. Não iam resolver nada sem a manifestação daquele nível, assim aprendem que estão se lidando com pessoas como eles.

Um outro confirma a dificuldade de ter a atenção dos políticos:

Só a violência, porque eles não ouvem. Se a população fizesse carta para o parlamento, não ia resolver nada. Mas viste que com a confusão eles não aumentaram o preço? Funcionou mesmo sendo prejudicial para outros, mas porque não temos boas maneiras de conversar com os chefes. Assim vão respeitar e ouvir o choro das pessoas para não acontecer mais as manifestações. Mas neste caso, valeu fazer violência.

Os manifestantes têm pouca informação e ou confiança nas instituições de participação comunitária. Alguns têm consciência que os líderes locais devem agir como intermediários e dar voz às reclamações do povo, mas não acreditam neles. Uma manifestante do bairro da Matola A disse:

A gente tem os chefes do bairro como nossos mediadores para fazer valer as nossas inquietações, mas eles são fantoches e nada fazem e por isso, as pessoas já não têm confiança nesses chefes dos bairros. Pode não ser em todos casos, mas aqui no bairro, eu não acredito mais. As instituições que podiam existir para ajudar o povo não existem, e, se existem, funcionam escondidas porque eu nem sei se existe.

Os manifestantes apresentam muitas dúvidas em relação à possibilidade de se organizarem para mudar alguma coisa. Explicam que muitas pessoas têm medo de se organizar em grupos mais permanentes e duvidam se realmente organizar-se pode resultar em alguma coisa. Os poucos que acreditam que poderiam trazer alguma diferença dizem ter medo de serem conotados como oposição ou, como um manifestante diz, como “profeta de desgraça”. Uma manifestante de 25 anos disse:

Nenhum bairro as pessoas se organizaram depois daquelas manifestações. Se esses da polícia sabem que há grupos que se organizaram, vão ser procurados todos até prender, porque dizem que são bandidos que agitam os outros a cometerem irregularidades. Mesmo existindo esses grupos, ninguém pode saber e é mais para segurança deles próprios.

Todos os entrevistados confirmam que não existem fóruns ou plataformas onde a voz do povo em geral pode ser ouvida. Como mostraram várias citações acima, os manifestantes acham que para ser ouvido ou para influenciar, tem que se ter ligações. Sem isto, a pessoa não pode influenciar a sua própria situação e ainda menos as questões políticas do país. Dão uma imagem duma divisão clara, os “ligados” e os “desligados” “dos que têm”. Uma manifestante residente do bairro Trevo disse:

Os que têm poder, só entre eles podem se influenciar e mais nada. Eles se entendem e são sócios de muitas coisas que eles fazem. Como é que um como eu posso influenciar para a economia do país? Entre eles acho que é possível.

Um outro manifestante de 30 anos dá uma perspectiva similar:

Para influenciar os que têm poder, só podem ser influenciados por aqueles que lhes criticam através de comentários nos programas de televisão, ou nos jornais e rádios. Estou a falar de jornalistas. Por exemplo, eles criticam e às vezes, sem tomar conta, apercebemos num recuo nas decisões pré-definidas.

Uma outra manifestante do bairro de Mafalala explica:

As pessoas que têm poder são os que são da justiça, deputados, pessoas ricas, empresários. Não sei distinguir entre eles quem tem mais poder, mas o presidente é primeiro depois vêm os outros, por exemplo, os polícias e os régulos. Esses são influenciados por pessoas com outros poderes económicos também. Influenciam-se eles mesmos, por exemplo, Graça Machel, Alice Mabote, aquela senhora pode influenciar outros.

Os entrevistados não têm conhecimento de nenhuma ONG ou OSC formal que esteja a trabalhar nos seus bairros. Muitos apresentam a opinião que as pessoas das ONGs pertencem à elite, a que aparece na televisão. Muitos referiram o exemplo das próprias manifestações dizendo que nenhuma ONG ou OSC estava presente nos dias das manifestações, mas que alguns apareceram no jornal nos dias a seguir a condenar a violência, tanto dos manifestantes como da polícia e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM). Uma manifestante de 25 anos dá a sua opinião sobre as ONGs:

Nunca ouvi falar e não sei se neste bairro existem essas organizações, mas não acredito que exista. E se existe, pouco fazem para que as pessoas se aproximem e peçam ajuda para qualquer coisa, económica e judiciária também. Ninguém vai fazer qualquer coisa disso. A manifestação terminou e as pessoas nunca mais ouviram algo se não ser só na televisão os que condenavam a manifestação. Mas eles condenam a manifestação enquanto vivem bem e nada fazem para os outros.

A voz das ONGs sobre as manifestações

Durante os dias das manifestações nenhuma organização da sociedade civil foi vista nas ruas, mas logo após estas, várias fizeram declarações e afirmações. Houve a intenção de se fazer uma declaração conjunta através do fórum das OSC nacionais, o G20, mas devido a diferentes interesses e alianças políticas, tal nunca aconteceu. No entanto, surgiram declarações de várias organizações com diferentes posições. Nas entrevistas com os representantes das ONGs observaram-se duas posições principais em relação à questão sobre como as manifestações se relacionam com as próprias ONGs.

A primeira posição é bastante crítica contra os manifestantes e argumenta que há espaços de prática de cidadania, influência e participação e que não há necessidade de ir à rua, especialmente usando de violência. Um representante duma ONG disse que “nós acreditamos que existem plataformas para a prática da cidadania que devem ser usadas”. Os representantes desta posição não vêm a necessidade de uma auto-crítica das OSC estabelecidas, ou, como um representante de uma outra ONG disse, “a sociedade civil não estava presente durante as manifestações, mas veio em seguida para se certificar de que as questões estão sendo tratadas”. Argumentam que as OSC representam os manifestantes: “As pessoas em geral, inclusive os que participaram nas manifestações, acabam sendo representados por nós”. Um outro representante esclarece que as revoltas, na sua opinião, não podem ser vistas como uma crítica contra a sociedade civil: “As causas das manifestações têm a ver com a falta de boa governação e que o governo não está assumindo a responsabilidade. A sociedade civil não tem razão para culpar a si mesmo por qualquer coisa.”

A segunda posição é composta por representantes de ONGs que apresentam uma análise mais crítica, quer sobre as revoltas, quer sobre o papel e a legitimidade da sociedade civil estabelecida. Um representante disse: “As manifestações constituíram uma expressão real da cidadania. Sem *results based matrices*, sem teoria, sem orçamentos. Ninguém tem conseguido tanto quanto estas manifestações”. Um outro também faz referência às manifestações como exercício de cidadania, dizendo: “Eu acredito que as ONGs, na verdade, estão a reduzir a prática da cidadania na população. As ONGs são mais como um clube no centro da cidade que não toca os problemas do povo. O dinheiro vai para o aumento da riqueza da elite que domina o mundo das ONGs, e a maior parte dos recursos acaba em transacções dentro do centro de Maputo”.

Os representantes desta segunda posição sublinham que as revoltas não foram somente causadas pela pobreza. Um representante refere que, se fosse apenas por causa da pobreza, teriam sido os locais mais pobres do país a revoltarem-se, sublinhando que as pessoas nas zonas urbanas dependem mais do Estado do que as

pessoas nas zonas rurais, que têm o benefício do tecido social ainda a funcionar. O facto de o tecido social nas zonas urbanas ser relativamente mais frágil é tido por alguns como justificativo para as manifestações.

Discussão final

A noção de que as ONGs representam a sociedade civil baseia-se nos pressupostos de que representam legítimamente e defendem um interesse comum. As ONGs também sustentam que não só representam, como também promovem, ou constroem, a participação e a cidadania de uma forma mais ampla na sociedade. O presente artigo, porém, sugere que as ONGs e as OSC gozam de pouca, ou nenhuma legitimidade, perante os manifestantes das revoltas do pão em Moçambique.

Este fosso que se constata entre as ONGs e os manifestantes tem várias dimensões. Por um lado pode ser entendido como ausência de condições para um interesse comum baseado numa classe económica, como sugerem alguns académicos referidos na revisão bibliográfica. O facto de as ONGs e dos seus funcionários, pertencerem à elite política e económica faz com que não tenham interesses comuns com os manifestantes.

A literatura sugere que as ONGs são parte integrante do sistema neoliberal e que, portanto, não têm interesse em formular uma crítica realmente profunda a esse mesmo sistema. Se analisarmos as citações dos manifestantes, vemos que são, por um lado, reformistas, no sentido de não quererem necessariamente mudar o partido. Mas, por outro lado, apresentam uma crítica fundamental aos efeitos do sistema neoliberal, que se fazem sentir no dia-a-dia da vida das pessoas. Traduzindo para as dimensões de cidadania, isso quer dizer que os manifestantes se encontram privados da cidadania social, do direito a uma vida digna com bem-estar social e económico. A deterioração dos aspectos ligados a esta dimensão estão ligadas ao primeiro *trigger* das revoltas do pão: o *entitlement gap* entre aquilo que é visto como direito e o que na realidade se consegue. Como poucas OSC, no Moçambique de hoje, são organizações de massas (organizadas e representadas por membros, da classe operária e proletariado), a voz colectiva desses interesses está praticamente ausente do debate.

O abismo entre as ONGs e os manifestantes tem também a ver com a forma como se vê a possibilidade de participar e de exercer a cidadania política e cívica. Os manifestantes dão uma mensagem bastante clara neste aspecto: que não há plataformas de participação, quer de forma individual ou colectiva. Eles expressam um desespero em relação a esta falta, que os levou a usar a violência durante as manifestações como única forma de fazer o poder ouvir o povo. Sendo assim, os manifestantes apresentam uma crítica fundamental ao sistema político e à estrutura montada no âmbito da